

Sumário

1. DIREITO CONSTITUCIONAL.....	19
<i>Beatriz Bullo Borges</i>	
<i>Denize dos Santos Ortiz</i>	
2. CONSTITUCIONALISMO.....	21
2.1. Constitucionalismo antigo.....	23
2.2. Constitucionalismo clássico (moderno/liberal).....	25
2.3. Constitucionalismo contemporâneo	27
3. NEOCONSTITUCIONALISMO.....	29
4. CONSTITUIÇÃO: CONCEITO E SENTIDOS	
5. CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES	35
5.1. Quanto à origem.....	35
5.2. Quanto à forma.....	35
5.3. Quanto à extensão	36
5.4. Quanto ao conteúdo	36
5.5. Quanto ao modo de elaboração	36
5.6. Quanto à possibilidade de alteração	37
5.7. Quanto à ideologia (ou dogmática).....	37
5.8. Quanto ao sistema (ou sistematização)	38
5.9. Quanto à finalidade.....	38
5.10. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico, proposto por Karl Loewenstein).....	38
6. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO.....	39
7. ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES	41

8. PODER CONSTITUINTE.....	43
9. EMENDAS À CONSTITUIÇÃO	45
10. SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES.....	47
10.1. Aspectos introdutórios.....	47
10.2. Estado de Defesa.....	47
10.3. Estado de Sítio.....	49
10.4. Forças Armadas	50
Referências bibliográficas	51
11. FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO. EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	53
<i>Milena Fernandes Gallardo Anhô</i>	
12. SISTEMA CONSTITUCIONAL: OS VALORES NA CONSTITUI- ÇÃO. DOS PRECEITOS FUNDAMENTAIS. FINS E FUNÇÕES DO ESTADO	57
12.1 Sistema constitucional.....	57
12.2. Os valores na Constituição.....	58
12.3. Dos preceitos fundamentais.....	61
12.4. Fins e funções do Estado.....	63
13. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: INTERPRETAÇÃO, CON- CEITO, CONTEÚDO, FUNÇÃO E RELEVÂNCIA. PRINCÍPIOS E NORMAS	69
13.1. Princípios constitucionais: interpretação, conceito, con- teúdo, função e relevância	69
13.2. Princípios, regras e normas	77
Referências bibliográficas	78
14. NORMAS CONSTITUCIONAIS: APLICAÇÃO, NATUREZA, CLAS- SIFICAÇÃO, LACUNAS NA CONSTITUIÇÃO	79
<i>José Antonio Branco</i>	
<i>Valéria Isabel dos Santos</i>	
14.1. Noções Introdutórias.....	79
14.2. Conceitos, natureza, validade e alguns aspectos da classificação normativa.....	81
14.3. Aplicabilidade da norma constitucional.....	85
14.4. Lacunas Constitucionais.....	87
14.5. Eficácia das normas constitucionais.....	88

14.5.1. Classificação.....	88
14.6. Interpretação constitucional.....	90
14.7. Métodos e conceitos aplicados à interpretação constitucional	91
14.8. Fenômenos Constitucionais.....	93
15. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	95
15.1. Supremacia da Constituição Federal. Sistemas de controle, critérios e modos de exercer o controle de constitucionalidade.....	95
15.2. Inconstitucionalidades.....	97
15.3. Ação declaratória de inconstitucionalidade: finalidade, objeto e efeitos. Ações constitucionais.....	99
15.4. Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI	99
15.5. Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC	100
15.6. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF.....	101
15.7. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO	102
15.8. Representação Interventiva – IF.....	102
Referências bibliográficas	103
16. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	105
<i>Jaqueline Menon</i>	
16.1. Conceito	105
16.2. Evolução.....	106
16.3. Características.....	108
16.4. Eficácia dos Direitos Fundamentais.....	111
16.5. Funções	114
16.6. Titularidade	116
16.7. Destinatários dos deveres.....	117
16.8. Colisão e ponderação de valores	117
16.9. Teoria geral das garantias	121
16.10. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie.....	122
16.10.1. Igualdade formal x igualdade material	123
16.10.2. Testemunhas de Jeová (vida x fé).....	125
16.10.3. ADPF 54: aborto de feto anencéfalo.....	125
16.10.4. Direito à igualdade (art. 5º, inciso I).....	126
16.10.5. Princípio da legalidade (art. 5º, inciso II)	128
16.10.6. Proibição da tortura (art. 5º, inciso III).....	128
16.10.7. Liberdade de manifestação e pensamento (art. 5º, incisos IV e V)	129
16.10.8. Liberdade de consciência, crença e culto (art. 5º, incisos VI a VIII).....	132
16.10.9. Ensino religioso nas escolas públicas	133

16.10.10. Escusa de consciência.....	134
16.10.11. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. Indenização em caso de violação (art. 5º, incisos IX e X).....	135
16.10.12. Direito à inviolabilidade da casa (art. 5º, inciso XI).....	138
16.10.13. Direito à inviolabilidade das correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas (art.5º, inciso XII).....	142
16.10.14. Liberdade de exercício profissional (art. 5º, inciso XIII e XIV).....	143
16.10.15. Liberdade de locomoção (art. 5º, incisos XV e LXI).....	144
16.10.16. Direito de reunião (art. 5º, inciso XVI).....	144
16.10.17. Direito à liberdade de associação (art. 5º, incisos XVII a XXI).....	146
16.10.18. Direito à propriedade (art. 5º, incisos XXII a XXVI).	147
16.10.19. Direito de herança (art. 5º, inciso XXX e XXXI).	152
16.10.20. Defesa do consumidor (art. 5º, inciso XXXII).	153
16.10.21. Direito de acesso à justiça ou inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, inciso XXXV).....	153
16.10.22. Direito à segurança jurídica (art. 5º, inciso XXXVI).	154
16.10.23. Princípio do Juiz natural e do Promotor natural (art. 5º, incisos XXXVII e LIII)	156
16.10.24. Tribunal do Júri (art. 5º, inciso XXXVIII).....	156
16.10.25. Princípio da legalidade ou reserva legal (art. 5º, inciso XXXIX).....	160
16.10.26. Princípio da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i> ou princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica (art. 5º, inciso XL).....	160
16.10.27. Mandados de criminalização (art. 5º, XLI a XLIV).....	161
16.10.28. Princípio da Intranscendência das penas ou pessoalidade da pena (art. 5º, inciso XLV).....	165
16.10.29. Espécies de penas e Princípio da individualização da pena (art. 5º, inciso XLVI a XLVIII).....	166
16.10.30. Direitos assegurados aos presos (art. 5º, incisos XLIX a LXVI)	167
16.10.31. Regras sobre extradição (art. 5º, incisos LI e LII)	172
16.10.32. Princípio do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV)	172
16.10.33. Provas ilícitas (art. 5º, inciso LVI)	174
16.10.34. Princípio da presunção de inocência (art. 5º, inciso LVII)	174
16.10.35. Identificação criminal (art. 5º, inciso LVIII).....	175
16.10.36. Ação privada subsidiária da pública (art. 5º, inciso LIX)	176
16.10.37. Publicidade dos atos processuais (art. 5º, inciso LX)	177

16.10.38. Prisão civil (art. 5º, LXVII).....	177
16.10.39. Assistência jurídica gratuita aos necessitados (art. 5º, inciso LXXIV).....	179
16.10.40. Erro judiciário (art. 5º, inciso LXXV).....	180
16.10.41. Gratuidade das certidões de nascimento e de óbito (art. 5º, inciso LXXVI).....	180
16.10.42. Princípio da razoável duração do processo (art. 5º, inciso LXXVIII).....	181
16.10.43. Proteção dos dados digitais (art. 5º, inciso LXXIX).....	182
16.11. Proteção judicial dos direitos fundamentais: Ações Constitucionais ou remédios constitucionais.....	182
16.11.1. Habeas Corpus (art. 5º, inciso LXXVIII).....	183
16.11.2. Mandado de segurança (art. 5º, inciso LXIX).....	187
16.11.4. Mandado de injunção (art. 5º, inciso LXXI).....	191
16.11.5. Habeas data (art. 5º, inciso LXXII).....	196
16.11.6. Ação popular (art. 5º, inciso LXXIII).....	198
16.11.7. Gratuidade nas ações de <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> (art. 5º, inciso LXXVII).....	201
16.12. Proteção não judicial dos direitos fundamentais.....	202
16.12.1. Direito a receber informação (art. 5º, inciso XXXIII).....	203
16.12.2. Direito de petição e obter certidões (art. 5º, inciso XXXIV)...	203
Referências bibliográficas.....	204

17. DIREITOS SOCIAIS..... 207

Edson Caetano dos Santos

Joaquim Leitão Júnior

17.1. Principais direitos sociais.....	213
17.1.1. Remédios da Anvisa.....	213
17.1.2. Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.....	214
17.1.3. Proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa...	215
17.1.4. Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).....	216
17.1.5. Salário-mínimo e praças do serviço militar.....	217
17.1.6. Piso salarial.....	217
17.1.7. Décimo terceiro salário.....	218
17.1.8. Adicional noturno.....	218
17.1.9. Retenção dolosa de salário.....	219

18. DIREITOS DE NACIONALIDADE..... 221

18.1. Introdução e conceito.....	221
18.2. Brasileiro nato e brasileiro naturalizado.....	222
18.3. Situação dos portugueses.....	225

18.4. Principais diferenças entre nato e naturalizado	225
18.5. Cargos privativos	226

19. DEMOCRACIA 231

19.1. Introdução	232
19.2. Sufrágio, Voto e Escrutínio	232
19.3. Direitos Políticos Positivos e Negativos.....	233
19.4. Plebiscito e Referendo	233
19.5. Condições de Elegibilidade.....	234
Referências Bibliográficas	236

20. DIREITO DA CIDADANIA: DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS E NEGATIVOS. PARTIDOS POLÍTICOS 239

Vagner Bertoli

20.1. Direitos políticos	239
20.1.1. Direitos políticos positivos.....	239
20.1.2. Direito ao sufrágio.....	241
20.1.3. Capacidade eleitoral ativa – alistabilidade	243
20.1.4. Condições de elegibilidade (capacidade eleitoral passiva) ...	244
20.2. Direitos políticos negativos.....	245
20.2.1. Inelegibilidades.....	245
20.3. Privação dos direitos políticos (perda e suspensão)	248
20.3.1 Perda.....	249
20.4. Suspensão.....	250
20.4.1. Incapacidade civil absoluta.....	250
20.4.2. Condenação criminal com trânsito em julgado, enquanto durarem seus efeitos.....	250
20.4.3. Improbidade administrativa.....	250
20.4.4. Reaquisição dos direitos políticos.....	251
20.5. Partidos políticos	251
20.6. Organização do Estado.....	253
20.6.1. Da organização político-administrativa	253
20.6.2. Federação brasileira	257
20.6.3. Intervenção	263
20.6.4. Competências e sua repartição	267

21. UNIÃO: NATUREZA JURÍDICA, COMPETÊNCIAS E BENS 271

Ademir Gasques Sanches Júnior

21.1. UNIÃO.....	272
21.1.1. Natureza Jurídica	272
21.1.2. Competências	273

21.1.3.	Bens da União	279
22.	ESTADOS FEDERADOS: NATUREZA JURÍDICA, COMPETÊNCIAS, AUTONOMIA, CAPACIDADE DE AUTO-ORGANIZAÇÃO E SEUS LIMITES.....	283
22.1.	Natureza Jurídica	283
22.2.	Competências.....	283
22.3.	Autonomia	285
22.4.	Capacidade de Auto-organização e seus limites	286
23.	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL: CONCEITO, COMPETÊNCIA, LIMITES, ELEMENTOS E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. PODERES REMANESCENTES	289
23.1.	Constituição Estadual	289
23.1.1.	Conceito	289
23.1.2.	Competência	289
23.1.3.	Limites.....	290
23.1.4.	Elementos e Organização Política do Estado de São Paulo..	291
23.1.5.	Poderes Remanescentes.....	293
24.	MUNICÍPIO	295
24.1.	Natureza Jurídica	295
24.2.	Criação.....	296
24.3.	Competência	297
24.4.	Lei Orgânica e seus elementos.....	299
24.5.	Regiões Metropolitanas.....	300
24.6.	Aglomerado Urbano	301
24.7.	Microrregiões	301
25.	DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	303
25.1.	DISTRITO FEDERAL	303
25.2.	Territórios	304
	Referências bibliográficas	305
26.	DO REGIME JURÍDICO CONSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	307
	<i>Rodrigo Gonçalves</i>	
26.1.	Princípios da Administração Pública	310
26.1.1.	Princípio da Legalidade	310
26.1.2.	Princípio da Impessoalidade	311

26.1.3.	Princípio da Moralidade	312
26.1.4.	Princípio da Publicidade	313
26.1.5.	Princípio da Eficiência (EC 19/98)	314
26.2.	Administração Pública Direta e Indireta	315
26.2.1.	Modalidades de descentralização	316
26.2.2.	Espécies de entidades da Administração Indireta	317
26.2.3.	Criação de Entidades e Autarquias.....	318
26.3.	Servidores Públicos civis e militares – regime jurídico constitucional.	319
26.3.1.	Da Necessidade de Concurso Público e dos Cargos em Comissão e Função de Confiança	320
26.3.2.	Livre Associação Sindical e Direito de Greve	324
26.3.3.	Regime Jurídico Único (RJU)	326
26.3.4.	Remuneração.....	328
26.3.5.	Acumulação remunerada de cargos públicos.....	333
26.3.6.	Precedência da Administração Fazendária (XVIII)	335
26.4.	Processo de Licitação (XXI).....	335
26.5.	Administrações Tributárias (XXII).....	336
27.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	339
27.1.	Introdução à Responsabilidade Civil	339
27.2.	Definição e Fundamentos	339
27.3.	Distinção entre Responsabilidade Civil Contratual e Extracontratual	340
27.4.	Princípios da Responsabilidade Civil no Código Civil	340
27.4.1.	Teoria da Culpa	340
27.4.2.	Teoria do Risco.....	341
27.5.	Elementos da Responsabilidade Civil.....	341
27.6.	Excludentes de Responsabilidade.....	342
27.6.1.	Caso Fortuito e Força Maior	342
27.6.2.	Culpa Exclusiva da Vítima.....	343
27.6.3.	Teoria da Culpa Concorrente	343
28.	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	345
28.1.	Breve Histórico e Fundamentação Jurídica.....	345
28.2.	Princípio da Responsabilidade Objetiva	346
28.3.	Teoria do Risco Administrativo	347
28.4.	Casos Específicos da Responsabilidade do Estado	347
28.5.	Direito de Regresso	347
29.	CONTRATOS DE GESTÃO	351
29.1.	Principais Características dos Contratos de Gestão	352
29.2.	Impacto e Relevância	352

30. ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO ESTADO – SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	355
30.1. Evolução Histórica	355
30.2. Tripartição dos Poderes na Constituição Federal.....	356
31. O PODER LEGISLATIVO	359
31.1. Estrutura do Poder Legislativo	359
31.2. Atribuições do Congresso Nacional	360
31.3. Da Câmara dos Deputados	363
31.4. Do Senado Federal	364
31.5. Dos Membros do Congresso Nacional – Estatuto dos Congressistas .	366
31.5.1. Imunidades Materiais	366
31.5.2. Imunidade formal.....	367
31.5.3. Foro Especial em Razão da Função	369
31.5.4. Afastamento do Poder Legislativo.....	371
31.5.5. Desobrigação de testemunhar.....	371
31.5.6. Incorporação às Forças Armadas	372
31.5.7. Subsistência das imunidades	372
31.5.8. Incompatibilidades.....	372
31.5.9. Perda do mandato.....	373
31.5.10. Renúncia ao mandato.....	375
31.5.11. Manutenção do mandato.....	376
31.5.12. Deputados estaduais, distritais e vereadores	376
31.6. Das Reuniões.....	377
31.6.1. Sessão Legislativa Ordinária.....	377
31.6.2. Hipóteses de Convocação Extraordinária	378
31.6.3. Da Sessão Conjunta	379
31.6.4. Das Sessões Preparatórias	379
31.7. Das Comissões Parlamentares	381
31.7.1. Comissão Parlamentar de Inquérito	381
31.8. Do Processo Legislativo	385
31.8.1. Processo legislativo ordinário	385
31.8.2. Lei Ordinária.....	394
31.8.3. Emendas à Constituição.....	395
31.8.4. Medidas Provisórias.....	398
31.8.5. Leis delegadas.....	402
31.8.6. Decretos legislativos.....	403
31.8.7. Resoluções	403
32. DO PODER EXECUTIVO	405
32.1. Das atribuições do presidente da república.....	408

32.2. Da responsabilidade do presidente da república.....	410
32.4. Do conselho da república e do conselho de defesa nacional.....	411
33. PODER JUDICIÁRIO: FUNÇÕES, ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, FUNCIONAMENTO E SÚMULAS VINCULANTES	415
<i>Alcino Souza</i>	
33.1. Funções do Poder Judiciário.....	415
33.2. Organização judiciária	417
33.3. Competências dos órgãos do poder judiciário	418
33.4. Os Tribunais Superiores	418
34. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: MINISTÉRIO PÚBLICO. ADVOCACIA. DEFENSORIA PÚBLICA	433
34.1. Ministério Público	434
34.2. Advocacia Pública	440
34.3. Advocacia Particular	442
34.4. Defensoria Pública	443
35. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS. ESTADO DE DEFESA. ESTADO DE SÍTIO. FORÇAS ARMADAS. SEGURANÇA PÚBLICA. POLÍCIA CIVIL	447
35.1. Estado de Defesa e Estado de Sítio	448
35.2. Forças Armadas	451
35.3. Segurança Pública	453
36. ORDEM SOCIAL: FUNDAMENTOS E OBJETIVOS. SEGURIDADE SOCIAL. EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO. COMUNICAÇÃO SOCIAL, MEIO AMBIENTE, FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO E ÍNDIO.....	461
36.1. Seguridade social.....	462
36.2. Educação, cultura e desporto.....	465
36.2.1. Educação	465
36.2.2. Cultura	469
36.2.3. Desporto.....	470
36.3. Comunicação social.....	471
36.4. Meio ambiente	472
36.5. Família, criança, adolescente, idoso e índio	475